

Excelentíssimo Senhor Desembargador Ricardo Couto de Castro,
Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - na pessoa em nome de quem cumprimento os Excelentíssimos Desembargadores e demais autoridades,

em especial cumprimento o Excelentíssimo Senhor Antonio José Campos Moreira, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, instituição que tive a honra de integrar até hoje e pela qual guardo profunda admiração, respeito e orgulho.

Cumprimento, ainda, os servidores deste Tribunal, os nossos familiares e amigos e, sobretudo, os meus queridos colegas empossados.

Hoje celebramos um marco histórico: a posse de 30 novos juízes e juízas no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. São 30 trajetórias singulares, unidas pelo mesmo propósito de vencer um dos concursos públicos mais difíceis e disputados do país. Iniciado com 3.278 inscritos, o certame foi concluído com apenas 30 aprovados — menos de 1% do total de candidatos. O criterioso processo seletivo retrata o rigor da Banca Examinadora e resulta em uma turma extremamente qualificada.

Pela primeira vez, o concurso deste Tribunal incluiu o Exame Nacional da Magistratura, o ENAM, criado em 2024 para estabelecer um padrão NACIONAL de qualidade, como pré-requisito para a inscrição nos concursos de todo o país, o que reforça a qualidade dos 3.278 concorrentes. Ultrapassar todas essas etapas representa anos de dedicação, sacrifícios e resiliência, traduzidos no apoio incondicional de nossas famílias, amigos e entes queridos, a quem expressamos a nossa mais profunda gratidão.

Chegou, enfim, o momento de manifestarmos, em alto e bom tom, o nosso OBRIGADO. Obrigado a todos que estiveram conosco: pais, avós, filhos, cônjuges, irmãos, tios, primos e, de forma especial, aos amigos, que são a nossa família escolhida. Particularmente, tenho a imensa alegria e o privilégio de celebrar este resultado ao lado das minhas duas avós, uma com 94 e a outra pediu que eu não revelasse a idade, cheias de saúde para compartilhar esta conquista comigo. Aos que já partiram, mas permanecem vivos em nossa memória, dedico esta vitória — certo de que, onde estiverem, irradiam orgulho e felicidade pela pessoa que nos tornamos.

Como todos os ciclos da vida, hoje termina e hoje começa. Termina uma fase de dúvidas, inseguranças e frustrações, mas também marcada por MUITA perseverança, coragem e a certeza de que desistir jamais seria uma opção. Começa uma fase de aprendizado, aperfeiçoamento constante e compromisso com a prestação jurisdicional séria e responsável.

A magistratura simboliza a concretização da justiça em sua forma mais nobre. A justiça é alcançada quando uma criança recebe pensão alimentícia ou quando ganha uma nova família por meio de adoção. Da mesma forma, faz-se justiça quando um IDOSO recebe o tratamento de saúde necessário, quando é acolhido em uma instituição adequada, ou quando consegue estabelecer, pelo vínculo da socioafetividade, uma nova estrutura familiar, se assim desejar, já que não há idade para fazer escolhas.

Na área penal, é digno de nota o incessante combate ao tráfico de drogas, às milícias e às organizações criminosas, que há décadas assolam o nosso Estado, notadamente em comunidades dominadas por facções. Este Tribunal não mede esforços para responder e

punir, com rigor e firmeza, os atos de violência e crueldade, que rompem com os princípios éticos, morais e civilizatórios da nossa sociedade. Não se pode perder de vista, por outro lado, a existência de acusações injustas, e nestes casos, ABSOLVER um inocente é devolver ao réu uma vida digna, fundamento basilar do nosso ordenamento jurídico.

No exercício da judicatura, não esqueçamos de manter a HUMILDADE que nos trouxe até aqui, conscientes de que somos, antes de tudo, servidores do povo. Nosso compromisso é com uma justiça sensível às desigualdades, atenta às minorias, aos grupos vulneráveis e aos invisíveis, historicamente estigmatizados e marginalizados no nosso país. São eles os que mais necessitam de uma justiça inclusiva e humana.

Iniciamos agora uma jornada de enfrentamento das estruturas de exclusão, ainda profundamente enraizadas. Cabe a nós combater toda forma de discriminação, o racismo, a misoginia, a homofobia, a xenofobia, o capacitismo e a desigualdade social. Destaca-se, dentre os nossos desafios, o combate incansável aos crimes de violência doméstica, que não raras vezes terminam em feminicídio, males que não podem — e não serão — tolerados pelo Poder Judiciário.

Portanto, julgar é servir com equilíbrio, imparcialidade e independência — valores essenciais ao desempenho das nossas funções. Sem um Poder Judiciário forte, autônomo e independente, não há Estado Democrático de Direito. O diálogo institucional entre os Poderes é premissa BÁSICA para o bom funcionamento do sistema de freios e contrapesos estabelecido pela nossa Constituição Federal.

Casos complexos, momentos de dúvidas, certamente hão de surgir e, para tanto, contaremos com o apoio dos colegas mais experientes deste Tribunal. Afinal, são 210 Desembargadores e aproximadamente 700 Juízes e Juízas, com quem teremos o privilégio de aprender, conviver e aprimorar a nossa capacitação diariamente.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro é referência nacional, liderando há 15 anos consecutivos o ranking de produtividade do Conselho Nacional de Justiça, com desempenho 60% superior à média nacional, conforme Relatório divulgado pelo CNJ na última semana. Temos agora a importante missão de perpetuar essa marca de excelência, reforçando o compromisso deste Tribunal com a celeridade e a eficiência da jurisdição.

Somos um grupo que traduz o mosaico da justiça brasileira: 18 homens, 12 mulheres, vindos de 7 estados da federação: 14 do Rio, 7 de São Paulo, 5 de Minas, e também representantes do Paraná, Pernambuco, Bahia e Espírito Santo, compondo um grupo plural e experiente.

Chegamos aqui por caminhos diversos, mas igualmente árduos e honrosos. Muitos construíram sua vocação nos corredores do Fórum, como assessores e analistas, mergulhados no cotidiano do Judiciário. Outros vieram da advocacia, da magistratura, do Ministério Público, das Delegacias de Polícia e das salas de conciliação — todos trazendo consigo uma visão singular sobre o significado de servir ao Direito e à sociedade.

Hoje estamos unidos por uma vocação comum: fazer justiça com amor e coragem. Fomos promotores, advogados, juízes, analistas, assessores — e agora, magistradas e magistrados deste Tribunal.

Inspiro-me na minha trajetória para reafirmar que a persistência é a força que transforma sonhos em realidade. Me formei na 1ª Turma da FGV aos 23. Após 15 anos de advocacia no escritório Bermudes Advogados, onde tive o privilégio de crescer e aprender com profissionais excepcionais, que hoje estão aqui nos prestigiando, decidi que queria ser juiz. Retomei os estudos, me matriculei na EMERJ e revisei disciplinas que já não via há mais de uma década, guiado por grandes Professores — muitos deles integrantes deste Tribunal. Foi nessa Escola que reencontrei a coragem e a base jurídica para enfrentar o desafio do concurso público.

No ano passado, tomei posse como Promotor, onde exerci com entusiasmo as funções ministeriais na área criminal. Ainda assim, o sonho da magistratura permanecia vivo. Hoje, aos 39, retomo o caminho que sempre desejei trilhar: ser Juiz deste honroso Tribunal de Justiça. Cada renúncia valeu a pena, eu faria tudo novamente.

Essa jornada me ensinou que nenhum sonho é impossível para quem segue com fé, disciplina e propósito. Que a nossa posse seja apenas o início de uma caminhada iluminada por lucidez, sabedoria e responsabilidade. E que jamais nos falte a coragem para persistir e a humildade para servir.

Hoje, unimos nossas histórias sob um mesmo propósito: ser instrumentos de paz, de equilíbrio e de esperança. Que esta toga nunca seja símbolo de poder, mas de serviço; não de distância, mas de empatia.

Que sejamos juízes não apenas da letra fria da lei, mas da transformação da realidade social. Que sejamos capazes de ouvir com o coração, decidir com coragem e agir com compaixão.

Para encerrar, permitam-me parafrasear o Excelentíssimo Ministro Luís Roberto Barroso, em sua última sessão na Presidência do Supremo Tribunal Federal, ocorrida na semana passada: *ninguém é bom demais, ninguém é bom em tudo e, sobretudo, ninguém é bom sozinho. Na verdade, nenhum de nós é tão bom quanto todos nós juntos.*

Que a gente carregue esta mensagem, com o espírito de união e COLEGUISMO que já é a MARCA da nossa Turma, a partir de hoje e até a nossa aposentadoria compulsória aos 75 anos.

Muito obrigado a todos.